

**VOTO DE CONDENAÇÃO E PREOCUPAÇÃO
PELO AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO HUMANITÁRIA NA BIRMÂNIA**

A Birmânia é, desde Outubro de 2016, cenário de conflito e de instabilidade. Os relatos e relatórios de instituições fiáveis e independentes indicam a existência de situações de violações extremas dos direitos humanos cometidas pelas forças de segurança birmanesas, com frequência e numa base de sectarismo étnico-religioso, contra a comunidade *rohingya*.

No último mês, foram mais de 200 as aldeias incendiadas no estado de Rahkine, habitadas predominantemente por aquela minoria, como também foram mais de 400 mil os habitantes forçados a abandonar as suas casas, refugiando-se em Estados limítrofes como o Bangladesh. Igualmente grave são os alertas de agências da ONU que apontam para mais de 80.000 crianças em risco de morrer de fome. Estes factos levaram a que o Alto-Comissário para os Direitos Humanos da ONU não hesitasse em comparar os acontecimentos na Birmânia a “um exemplo perfeito de limpeza étnica”.

Como tal, as denúncias da violência sistemática e discriminada utilizada contra esta minoria, intolerável e incompatível com a Carta das Nações Unidas, deve merecer da ONU um apuramento cabal dos factos e das responsabilidades, em cumprimento com a Resolução adoptada pelo Conselho de Direitos Humanos, no dia 27 de setembro de 2017.

Assim, a Assembleia da República, reunida em plenário, manifesta a sua extrema preocupação pela situação no estado de Rahkine, na Birmânia, condena todas as formas de discriminação e negação, com recurso a violência, dos legítimos direitos das minorias étnicas ou religiosas, e em particular contra a minoria *rohingya*, e reafirma o seu compromisso com a promoção e proteção da liberdade religiosa como direito fundamental e corolário da dignidade humana.

Palácio de S. Bento, 3 de outubro de 2017,

Os Deputados